

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS**

ANDREIA BALBUENO DE MIRANDA

**A IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL NO
INSTITUTO ESTADUAL PADRE FRANCISCO GARCIA EM SÃO BORJA**

**São Borja
2016**

ANDREIA BALBUENO DE MIRANDA

**A IMPLANTAÇÃO E A EXECUÇÃO DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL NO
INSTITUTO ESTADUAL PADRE FRANCISCO GARCIA EM SÃO BORJA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura em Ciências
Humanas da Universidade Federal do Pampa,
como requisito parcial para obtenção do Título
de Licenciatura em Ciências Humanas.

Orientador: Evandro Guindani

**São Borja
2016**

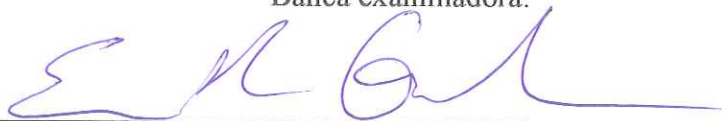
ANDREIA BALBUENO DE MIRANDA

**A IMPLANTAÇÃO E A EXECUÇÃO DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL
NO INSTITUTO ESTADUAL PADRE FRANCISCO GARCIA EM SÃO BORJA**

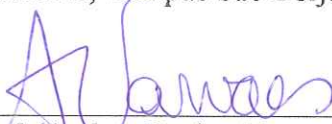
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Ciências Humanas da Universidade
Federal do Pampa, como requisito
parcial para obtenção do Título de
Licenciado em Ciências Humanas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 08/12/2016

Banca examinadora:



Prof. Dr. Evandro Guindani
Orientador
(UNIPAMPA, Campus São Borja)



Prof.ª Dr.ª (Andrea Becker Narvaes)
(UNIPAMPA, Campus São Borja)



Prof.ª Dr.ª. (Yáscara M Neves Koga)
(UNIPAMPA, Campus São Borja)

Dedico este trabalho a memória de meus pais
Nair e Bento.

AGRADECIMENTO

A realização deste estudo só foi possível devido às orientações e contribuições de pessoas, as quais, muniram-me de conhecimento, assim, materializando meu desejo de trabalhar com o tema proposto, tornando real a conclusão deste trabalho. Pessoas as quais registro meus agradecimentos.

Ao Prof. Dr. Evandro Guindani, meu orientador, o qual, contribuiu significativamente na produção deste trabalho, colaborando também, no meu crescimento acadêmico e profissional.

Aos professores do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas.

A direção e professores do Instituto Padre Francisco Garcia que colaboraram com a pesquisa deste trabalho.

A Motta Junior meu marido que sempre esteve ao meu lado me incentivando e motivando durante esta caminhada.

“Quem ensina aprende ao ensinar e quem
aprende ensina ao aprender”.

Paulo Freire

RESUMO

Muito se debate hoje em dia sobre direito à educação básica de qualidade, um ensino que possibilite diminuir as desigualdades sociais de um país, sendo que a educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento de um povo. Neste sentido vem à atualidade, discussões a respeito de políticas públicas que possibilitem a implantação de uma forma de ensino que a tempos vem sendo pensada e até aplicada, em determinados Estados que possibilite a melhoria da educação com a ampliação do tempo do aluno na escola. O presente estudo apresenta num primeiro momento, uma revisão histórica e conceitual sobre a educação integral. Após é apresentada um estudo em torno da implantação e aceitação do ensino de tempo integral no Instituto Estadual Padre Francisco Garcia, mediante levantamento de informações análise documental e entrevistas com a comunidade escolar. Tendo como objetivo principal, investigar se esta nova modalidade de aprendizagem esta atingindo o propósito de melhorar o ensino público, atendendo a necessidade de propiciar ao individuo uma educação melhor e de qualidade.

Palavras-Chave: educação integral, qualidade da educação, comunidade escolar.

ABSTRACT

Hoy en día un gran debate sobre el derecho a la educación básica de calidad, una educación que permite la reducción de la desigualdad social en un país, y que la educación es un pilar fundamental para el desarrollo de un pueblo. En este sentido llega hasta la actualidad, las discusiones de políticas públicas que permitan la puesta en práctica de una forma de enseñanza que el tiempo se ha pensado e incluso aplicado en algunos Estados que permiten la mejora de la educación con la expansión de tiempo del estudiante en la escuela. Este estudio presenta una primera, una revisión histórica y conceptual de la formación integral. Sigue se presenta un estudio sobre la aplicación y la aceptación de la enseñanza a tiempo completo en el Instituto Estatal padre Francisco García levantando el análisis de documentos de información y entrevistas con la comunidad escolar. Con el objetivo principal, para investigar si este nuevo modo de aprender que para alcanzar el objetivo de mejorar la educación pública, teniendo en cuenta la necesidad de proporcionar una mejor educación para el individuo y la calidad.

Keywords: Educación integral, calidad de la educación, comunidad escolar.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	10
1.1 A escola de tempo integral no Brasil.....	13
1.2 Política do ensino Integral no Brasil.....	19
1.3 Reflexões sobre o ensino em tempo integral.....	23
2. Implantação do ensino integral na escola Padre Francisco Garcia e sua execução.....	28
2.1 Instituto Estadual Padre Francisco Garcia.....	29
2.2 Instituto Estadual Padre Francisco Garcia.....	31
2.3 Os efeitos do Ensino Integral para os alunos.....	40
3. Considerações Finais.....	46
4. Referências.....	49

1. Introdução

A história da educação no decorrer dos tempos passou por inúmeras transformações, tanto estruturais como pedagógicas. A educação nos tempos atuais tem tido um enfoque maior e fundamental na construção e edificação da cidadania de um povo, neste sentido a educação de tempo integral chega ao Estado com a perspectiva de melhorar a qualidade do ensino e elevar o índice de aprendizagem do ensino público Estadual.

O estudo do tema “A implantação e a execução da escola em tempo integral no Instituto estadual Padre Francisco Garcia em São Borja”, se justifica pela recente necessidade de analisar o atual cenário, que se apresenta gradativamente em nosso meio estudantil. Sendo verificado se o ensino integral é positivo ou negativo em relação à melhoria da aprendizagem. Sendo analisada se a ampliação da jornada escolar, tanto sua estrutura física como pedagógica apresenta condições para o desenvolvimento físico e intelectual do educando.

São de suma importância a análise e estudo deste tema, pois em nossa cidade, esta e a primeira escola a qual iniciou as atividades desta nova proposta de ensino. Nesta modalidade educacional os jovens alunos permanecem na escola durante os dois turnos manhã e tarde, proporcionando, assim, um maior rendimento no aprendizado, tal feito, refletindo-se no amanhã do jovem.

A implementação do tempo integral como nova proposta de ensino, tem sido vista com bons olhos pela sociedade, em razão da atual conjuntura econômica e social que rodeia os indivíduos a serem alcançados por esta nova modalidade educacional, assim, o ambiente escolar precisa adaptar-se as reais situações do cotidiano social.

O ensino em tempo integral traz como proposta proporcionar aos jovens alunos da Educação Básica novos conhecimentos e diferentes atividades socioeducativas, para além do ensino dos conteúdos escolares, provocando no aluno o anseio pelo saber, colaborando na construção de suas experiências cultural e social.

Essa ampliação de funções e tarefas demanda mais tempo na escola, principalmente para as crianças e jovens das escolas públicas, que muitas vezes não têm acesso a outra instituição formativa que não seja a escola.

Na procura de proporcionar uma escola pública de qualidade para todos o ensino integral surge aumentando o tempo de permanência na escola, como forma de superar as desigualdades sociais. Nesse sentido o sujeito de investigação deste trabalho é uma escola estadual do município de São Borja, O Instituto Estadual Padre Francisco Garcia que teve sua implantação no ensino integral fundamental no segundo semestre de 2014, sendo a primeira escola a funcionar em tempo integral.

A metodologia da proposta do trabalho apresentado insere-se em uma abordagem qualitativa e entrevistas semiestruturadas, com objetivo do estudo de uma realidade escolar. As entrevistas, realizadas com diretora, supervisora do ensino integral, professores, bibliotecária, merendeira, funcionários e pais, alunos.

Os dados contidos nas entrevistas com a direção da escola analisadas permitiram unir a teoria do discurso oficial com a realidade de uma escola de tempo integral. O trabalho de pesquisa esta dividido em dois capítulos.

O primeiro capítulo trás a revisão histórica e conceitual de educação integral, desde o surgimento da ideia de educação integral na antiguidade, perpassando por diversos estágios do desenvolvimento da humanidade em relação ao ensino.

Posteriormente um breve resgate da história do ensino integral no Brasil, as leis que amparam o ensino público no Brasil e Estado do Rio Grande do Sul assim como as políticas públicas que estabelecem ações e decisões do poder público que atendam a sociedade. Em seguida algumas reflexões baseadas em instituições e Estados que implantaram o ensino integral em suas escolas.

O segundo capítulo apresenta e analisa a implantação do ensino integral na escola Estadual Padre Francisco Garcia, baseado nos entrevistados, sendo a diretora da escola, a supervisora do ensino integral, quatro professores, bibliotecária, merendeira, três funcionários e pais, dez alunos.

Em seguida são analisados os efeitos do ensino integral para os alunos, percebendo que este método de ensino possui aspectos positivos, vindo a colaborar para a formação cultural e social do jovem aluno, e aspectos negativos os quais precisam de um maior trabalho em torno dessas carências para que o ensino integral caminhe a passos largos para um futuro o qual almeja a sociedade.

1.1 A escola de tempo integral no Brasil

A escola é a instituição socialmente responsável por intervir e modificar positivamente a vida de um indivíduo. Nela os alunos irão se deparar com novos desafios e perspectivas educativas que serão desenvolvidas ao longo da sua vida escolar. Uma educação que desenvolva no aluno integralmente de forma plena suas capacidades de aprendizagem.

A história da educação teve diversos enfoques, sendo que o ensino é adaptado para a forma que melhor se ajusta às ideologias políticas e sociais de um determinado país.

Segundo Coelho (2009) as formas como os políticos governam um Estado, sejam eles conservadores, liberais ou socialistas refletem as formas deles observarem o mundo, assim expondo suas ideias, planos e ações de como deve ser a educação e suas práticas.

Ao estudarmos a história da educação observamos que a ideia de educação integral surge desde a antiguidade na Grécia Antiga, porém de uma forma diferente da que conhecemos hoje tanto no contexto social quanto pedagógico. Segundo Gadotti (2003) a educação grega era disponibilizada a poucos, porém sua metodologia integrava o homem livre na sua sociedade e o ensina sua cultura. Uma educação no sentido integral, sendo uma formação não apenas da mente como também do corpo. Para os Gregos antigos a educação ideal gerava em torno da preocupação com a formação dos seres humanos integrais e de modo pleno.

... a Grécia atingiu o ideal mais avançado da educação na antiguidade: a paidéia, uma educação integral, que consistia na integração entre a cultura da sociedade e a criação individual de outra cultura numa influência recíproca. Os gregos criaram uma pedagogia da eficiência individual e, concomitantemente, da liberdade e da convivência social e política. (GADOTTI, 2003, p.33)

A história da educação passou por diversos estágios no decorrer do desenvolvimento da humanidade. Segundo Gadotti 2003, o pensamento pedagógico renascentista, em

decorrência das grandes navegações, as quais deram origem ao capitalismo comercial, priorizou o individualismo e o pioneirismo no homem.

A educação renascentista preparou a formação do homem burguês. Daí essa educação não chegar às massas populares. Caracterizava-se pelo elitismo, pelo aristocratismo e pelo individualismo liberal. Atingia principalmente o clero, a nobreza e a burguesia nascente. (GADOTTI, 2003, p. 62)

A educação era voltada a uma elite social, sendo a maioria da população carente deixada de lado. Conforme Gadotti 2010, mudanças ocorreram no mundo do trabalho e no ensino, com a chegada da industrialização e o capitalismo, ocorrendo uma divisão de classes.

Segundo Gadotti (2010, p.133, 134) O ensino burguês é necessariamente elitista, discriminador. Para que os filhos das classes dominantes possam estudar é preciso reprovar todos os outros. A chamada evasão escolar nada mais é que a garantia para as classes dominantes de que continuaram a se apoderar do monopólio da educação.

Segundo Gadotti 2010, Enquanto para a burguesia a educação tinha o objetivo de formar a elite econômica e política da nação, para o povo trabalhador a educação deveria formar uma força de trabalho, para que este indivíduo fosse o responsável pela mão de obra na produção do trabalho.

De acordo com Gadotti 2010, a burguesia precisava da escola para formar a nova sociedade capitalista que estava nascendo, onde a educação da elite era mais aprofundada e de melhor qualidade, porém para o povo trabalhador era disponibilizando uma formação básica, o suficiente para garantir e dar continuidade ao trabalho prestado as grandes elites dos países.

No Brasil na primeira metade do século XX, a educação seguia na linha pedagógica renascentista, uma educação elitizada, onde fez com que gerasse uma grande desigualdade social, sendo necessária a criação de políticas educacionais que ajudassem a diminuir as

grandes diferenças sociais ocasionadas por essas novas formas globalizadas em que o mundo moderno se encontrava.

No Brasil, na primeira metade do século XX, encontramos investidas significativas a favor da Educação Integral, tanto no pensamento quanto nas ações de cunho educativo de católicos, de anarquistas, de integralistas e de educadores como Anísio Teixeira, que tanto defendiam quanto procuravam implantar instituições escolares em que essa concepção fosse vivenciada. (BRASIL, 2009, p. 15)

Anísio Spínola Teixeira foi o primeiro educador brasileiro a defender a ideia de inserir no ensino público, a escola em tempo integral nas décadas de 20 e 30. Período na história da educação brasileira, que começou a dar-se uma maior prioridade à educação como forma de instrumento para ascensão social das camadas mais pobres da sociedade.

Segundo Nunes 2010, Teixeira defendia os pensamentos de John Dewey entre outros autores que o influenciaram com as ideias da Escola Nova surgida na Europa no século XIX, conceitos político-filosóficos de igualdade entre os homens e do direito a educação para todos, sendo um ensino público e gratuito.

A abordagem humanista é decorrente da Pedagogia Escola Nova, mais precisamente da tendência pedagógica liberal renovadora não diretiva. Sob essa perspectiva, o homem está em constante descoberta de si, ele cria a si próprio, reconstruindo em si seu mundo exterior. Assim, a educação tem um significado amplo centrado na pessoa. (PROSCÊNPIO E PALMA, 2011, p.9)

Uma educação inovadora para a época, onde o aprender se daria pela ação, sendo no momento em que o aluno aprende fazendo, construindo ele próprio seu aprendizado.

A história do educador brasileiro Anísio Teixeira não nos deixa dúvida que se baseou em dois pilares: utopia e democracia. A utopia de buscar sempre uma educação de qualidade, pública, laica e que pudesse colaborar com a construção do Brasil moderno. (CHAGAS et al, 2012, p.72)

A educação seria a maneira encontrada de combater as desigualdades sociais no Brasil, após a proclamação da República. No Brasil monárquico poucos tinham acesso ao ensino gratuito, sendo que para o Autor, a base de uma democracia seria uma educação gratuita e para todos.

Anísio Teixeira, um dos mentores intelectuais do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, pensando na implementação de um Sistema Público de Ensino para o país, propunha uma educação em que a escola “desse às crianças um programa completo de leitura, aritmética e escrita, ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física, saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vivia”. (BRASIL, 2009, p.15)

Programas que viabilizem ações e estratégias na área da educação, que possam melhorar o crescimento e desenvolvimento social de um povo são pensados e aplicados por políticos e educadores no decorrer de um determinado período em que estejam governando um Estado.

Segundo Gadotti (2010, p.196) A superação de uma fase histórica da educação “não se dá por força das ideias, mas estas é que se modificam, em função das práticas sociais dos educadores e do movimento social e político.”

Segundo a Série Mais Educação, Educação Integral do governo Federal (BRASIL, 2009) foram criadas a partir das ideias difundidas por Anísio Teixeira as Escolas Classe e Escolas Parque em Salvador, quando trabalhou no governo como secretário de educação. Desenvolveu atividades em escola com dois turnos, para atender os alunos sendo uma experiência pedagógica pioneira a ser implantada no Brasil.

Segundo Nunes (2010), para Anísio Teixeira as experiências natas do aluno seriam a base do seu aprendizado. Um revolucionário da educação, onde para ele o ensino deveria ser eficaz e poderia minimizar as mazelas das desigualdades sociais. O aluno deveria permanecer em tempo integral na escola, onde além do currículo básico eram propostas atividades que

possibilitassem acesso a cultura e cidadania, onde seriam estimulados nas crianças os hábitos de pensar, a vontade de aprender e conviver socialmente.

Essa concepção, Anísio Teixeira colocou em prática no Centro Educacional Carneiro Ribeiro, implantado em Salvador, na Bahia, na década de 1950. Nesse Centro, encontramos as atividades, historicamente entendidas como escolares, sendo trabalhadas nas Escolas-Classe, bem como outra série de atividades acontecendo no contraturno escolar, no espaço que o educador denominou de Escola-Parque.. (BRASIL, 2009, p.15)

Na década de 60, Anísio Teixeira baseado no centro educacional de Salvador organiza em Brasília, a recém inaugurada capital do Brasil um modelo de ensino semelhante, porém mais aperfeiçoado de escolas que pudessem dar exemplo para os demais educandários brasileiros.

Teixeira sonhava com um Brasil melhor, mais desenvolvido e que a democracia fosse realmente algo concreto e igualitário para todos. Para que esse desenvolvimento fosse parte do Brasil moderno, o educador visava um só caminho, uma educação pública, laica e para todos.

Na década de 1980, a experiência dos Centros Integrados de Educação Pública – os CIEPs – constituiu-se como uma das mais polêmicas implantações de Ensino Integral realizada no país. (BRASIL, 2009, p.17). Inspirado nas experiências educacionais de Anísio Teixeira, foram idealizados e criados por Darcy Ribeiro os CIEPs no Rio de Janeiro.

Segundo Gomes (2010), Darcy Ribeiro educador e político era um eterno buscador, não se contentava em apenas pensar e escrever, mas a realizar o que idealizava, principalmente na área da educação. Ele teve que exilar-se em outro país, por causa de suas ideologias e formas de pensar, na época em que os militares governaram o Brasil. Regressando ao seu país de origem, juntamente com Leonel Brizola, personagem político que também se encontrou exilado na ditadura militar, e com quem após a volta da democracia ao Brasil, fundaram um partido político.

Com a abertura e a anistia, fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT), com Leonel Brizola e antigos e novos companheiros. Darcy e Brizola candidataram-se a governador e vice-governador do Estado do Rio de Janeiro nas eleições diretas de 1982. Eleitos, fizeram dos Cieps a bandeira do novo governo, que passou a ser uma espécie de vitrina a atrair as pedras da oposição. (Gomes, 2010, p.12)

De acordo com Gomes 2010, a arquitetura dos prédios foram idealizadas pelo então arquiteto Oscar Niemeyer, baseado nas propostas pedagógicas da Escola Nova, e autores como Gramsci e Paulo Freire. Onde os Cieps não eram somente uma instituição escolar, mas também um local de acolhimento para os alunos mais carentes, que podiam estudar e morar neste local.

Segundo Ribeiro (1986, apud Gomes, 2010) O Ciep é uma escola que funciona das 8 horas da manhã às 5 horas da tarde, com capacidade para abrigar 1.000 alunos. (...) No bloco principal, com três andares, estão as salas de aula, um centro médico, a cozinha e o refeitório, além das áreas de apoio e recreação. No segundo bloco, fica o ginásio coberto, com sua quadra de vôlei/basquete/ futebol de salão, arquibancada e vestiários. Esse ginásio é chamado de Salão Polivalente, porque também é utilizado para apresentações teatrais, shows de música, festas etc. No terceiro bloco, de forma octogonal, fica a biblioteca e, sobre ela, as moradias para alunos residentes.

As propostas pedagógicas aplicadas nos Cieps eram voltadas para a interdisciplinaridade e aperfeiçoamento continuado dos professores. Porém tornar reais políticas públicas em um governo, e algo burocrático e que depende de tempo para se efetivar e continuidade pelos demais governos dos projetos aplicados por diferentes partidos políticos.

Mudanças de governo podem gerar modificações e até extinção de determinadas políticas públicas aplicadas em um Estado, onde o ensino integral acabou ao longo do tempo não encontrando uma implantação duradoura e expansiva aos demais educandários.

O cenário educacional voltado para o ensino integral durante várias décadas voltou-se para o objetivo de melhorar a qualidade do ensino público e disponibilizar um maior tempo na escola, principalmente aos alunos mais carentes.

1.2 Política do ensino Integral no Brasil

A educação brasileira passa por desafios de promover uma educação de qualidade, que possibilite aos alunos meios de aprendizagens e maneiras de romper com a fragmentação do ensino.

A educação de tempo integral está presente na legislação educacional brasileira. Segundo a LDB o horário de funcionamento do educandário devera ser ampliado conforme o sistema de ensino.

Art. 34º. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

Segundo o Plano Nacional de Educação¹, uma de suas metas e a implantação do ensino de tempo integral nas escolas públicas brasileiras. Método de ensino onde os alunos permanecerão pela parte da manhã e tarde na escola. Metodologia onde o aluno terá aulas das disciplinas comuns do currículo em um turno e em outro, oficinas culturais e pedagógicas que proporcionem aos alunos oportunidades educativas que priorizem uma educação de qualidade.

A formulação de uma proposta de Educação Integral concretiza o ideal de uma Educação Pública Nacional e Democrática, contextualizada historicamente, portanto problematizada segundo os desafios, avanços e limites do sistema educacional e da organização curricular no século XXI, caminhando na direção oposta à da

¹Em 15 de dezembro de 2010, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro da Educação, Fernando Haddad, encaminharam ao Congresso Nacional o projeto do Plano Nacional de Educação (PNE), que deverá orientar a educação brasileira no período 2011-2020, convertido em Projeto de Lei nº 8.035/2010. (MOLL et al, 2012, p.136)

desescolarização social e da minimização dos efeitos e das possibilidades do trabalho escolar (MOLL et al, 2012, p.28)

A educação de tempo integral tem como meta a ampliação do período escolar, onde o aluno permanece na escola, durante a manhã e tarde. Primeiramente foi implantada nas escolas públicas através do projeto “Mais educação”, uma parceria com o governo federal, Estado e município. Parceria que propõem que a educação seja progressivamente ampliada com o auxílio de professores e pessoas envolvidas, em prol da promoção e qualidade da educação pública e democrática.

O Programa Mais Educação colabora no processo de construção de uma agenda escolar cotidiana para a efetiva consolidação da educação integral em tempo integral. Para além do espaço específico da sala de aula e dos espaços da escola, o Programa Mais educação estimula e financia atividades propostas, organizadas e coordenadas pela escola e que aconteçam em espaços significativos da vida do bairro e da cidade, estimulando a experiência cultural e civilizatória do cinema, do teatro, do museu, dos parques e de outros espaços como parte da ação curricular da escola. (MOLL et al, 2012, p.138)

A Escola de Tempo Integral busca oportunidades de aprendizagem através de atividades complementares que dialogam com os projetos político pedagógicos de cada estabelecimento.

A promoção do projeto de Educação Integral, enraizado no projeto político pedagógico da escola, pressupõe o diálogo com a comunidade, de modo a favorecer a complementaridade entre os diferentes agentes e espaços educativos. (ARROYO, 2012 p.35)

São muitos os problemas que envolvem a educação pública no Brasil, sendo que é um direito de todo cidadão cursar uma educação pública de qualidade. Muitas discussões em torno de uma solução que melhore a qualidade da educação pública giram em torno do tema,

sendo então sancionado no Plano Nacional de Educação (PNE) uma nova meta em relação à educação.

Segundo o PNE, uma das metas a ser alcançada até o ano de 2020, é progressivamente instituir em 50% das escolas da rede pública de ensino fundamental o regime de escola de tempo integral. Sistema de ensino que ampliará a jornada escolar cotidiana do educando, estendendo-se no mínimo 7 horas diárias, a carga horária de aprendizagem.

A educação básica no Brasil segundo IDEB 2015 apresenta baixos índices de aprendizagem, vendo na proposta do ensino integral a possibilidade de melhorar a qualidade da educação pública, possibilitando ao educando um maior tempo dentro da instituição escolar.

(...) o Decreto nº 6.253/07, ao assumir o estabelecido no Plano Nacional de Educação, definiu que se considera “educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, (BRASIL, 2009, p. 24)

A proposta da Escola de Tempo Integral é executada com recursos do Governo do Estado, e busca as oportunidades de aprendizagem através de atividades complementares que dialoguem com os projetos político pedagógico de cada estabelecimento de ensino. Em decorrência do aumento no período de permanência do aluno na escola de no mínimo, sete horas diárias, buscando proporcionar uma formação integral, em que o estudante seja sujeito de sua aprendizagem.

Conforme o artigo 87 da Lei de Diretrizes e Bases da educação – LDB, lei nº 9.394/1996 pressupõem:

§ 5º. Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

Segundo a Constituição Federal a educação é um direito necessário e público sendo dever do Estado e da família oferecer uma educação que vise o desenvolvimento pleno do indivíduo preparando-o para o exercício da cidadania e qualificando-o para o trabalho.

Na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989, no Artigo 199 consta que é dever do Estado prover meios para que, progressivamente, seja oferecido o horário integral aos alunos do ensino fundamental.

Amparado na Constituição do Estado e na LDB, o ensino integral, tem a sua origem no projeto de lei nº 69/2012 de autoria da Deputada Juliana Brizola, tornando-se realidade sobre força da lei nº 14.461, de 16 de janeiro de 2014. (publicada no DOE n.º 012, de 17 de janeiro de 2014), e sancionada pelo então governador do Estado do RS.

A perspectiva de uma educação que englobe uma oferta de tempo-espço que proporcione ao sujeito possibilidades de desenvolvimento cognitivo e intelectual, a ampliação da jornada escolar vem somar com a educação e mostrar possibilidades de elevar a qualidade do ensino público.

Nessa perspectiva, entende-se que o tempo qualificado é aquele que mescla atividades educativas diferenciadas e que, ao fazê-lo, contribui para a formação integral do aluno, para a superação da fragmentação e do estreitamento curricular e da lógica educativa demarcada por espaços físicos e tempos delimitados rigidamente. Nesse sentido, entende-se que a extensão do tempo – quantidade – deve ser acompanhada por uma intensidade do tempo – qualidade – nas atividades que constituem a jornada ampliada na instituição escolar. (BRASIL, 2009, p.29)

Com o evoluir do tempo e de uma consciência mais crítica por parte dos indivíduos, houve um crescimento consciente por parte da população da importância da educação e do direito social, que um país deve ter com seus cidadãos. Para que o desenvolvimento de um sujeito e conseqüentemente de um país aconteçam, a educação passa a ser um direito cada vez mais discutido e debatido. Ações e medidas que proporcionem uma mudança no sistema de ensino, onde o professor encontre apoio do governo, direção escolar e dos pais para que essa transformação ocorra nas escolas.

A partir da Constituição Federal de 1988, a sociedade brasileira tem mais consciência sobre o direito da educação pública de qualidade para todos, e junto com o aprofundamento e a consolidação democrática, estamos instituindo, em nível nacional, uma escola pública republicana, laica, e obrigatória, gratuita e integral. (Moll et al, 2012, p.17)

A Educação em Tempo Integral exige mais do que compromissos: “impõe também e principalmente projeto pedagógico, formação de seus agentes, infraestrutura e meios para sua implantação.” (BRASIL, 2009, p.6)

Na escola de tempo integral o aluno encontra na instituição escolar mais tempo e mais espaços de aprendizagem. Atividades pedagógicas são trabalhadas para que propiciem ao aluno sanar dificuldade e encontrar formas de obter informações que venham ao encontro com suas dúvidas de aprendizagem.

Educação em tempo integral onde são disponibilizadas as famílias um ambiente saudável a seus filhos. Para que estes alunos possam permanecer sem que fiquem expostas a ociosidade e a violência que muitos são expostos enquanto seus familiares estão fora de casa.

1.3 Reflexões sobre o ensino em tempo integral

Falar de escola de tempo integral, nos remete a questão do tempo, uma maior ampliação do período do aluno na escola. O ensino em tempo integral busca oportunizar aos alunos da educação fundamental, uma aprendizagem que articule a prática com a teoria. Que proporcione aos alunos um maior tempo na escola.

Foi relatado anteriormente neste trabalho um pouco da história da educação e das investidas e percalços que a educação brasileira tem passado, em busca de uma educação com melhor qualidade. Neste sentido serão relatadas reflexões baseadas em instituições que implantaram o ensino integral em suas escolas.

Segundo Branco (2012), nas décadas de 30 Anísio Teixeira o pioneiro no ensino integral no Brasil, lança sementes de novos métodos de ensino no Rio de Janeiro, com a ampliação do tempo de estudo na escola, aumento das disciplinas e ampliação dos espaços físicos e pedagógicos dos educandários. Após os anos 80 Darci Ribeiro volta a retomar as ideias de Anísio Teixeira de escola integral no Rio de Janeiro com a criação do Centro Integrado de Educação Pública (CIEPs).

Posteriores aos anos 1990 surgem experiências de ensino integral em outros Estados e municípios. Conforme Branco (2012), é após 2007 que o Governo Federal assume uma política pública que amplie o tempo de permanência dos alunos do ensino fundamental nas escolas.

No Rio Grande do Sul temos experiências de escolas em Porto Alegre, que implantaram o ensino integral em algumas de suas escolas. Segundo Branco (2012), O Projeto “Cidade escola”, desenvolvido pela prefeitura de Porto Alegre, visa à ampliação e a qualidade do ensino municipal.

As atividades de aumento da jornada escolar são realizadas no contraturno dos alunos, dentro de Núcleos de Atendimento, e são gerenciados por professores da rede municipal. Os enfoques dos Núcleos são determinados avaliando-se interesses e vontades da comunidade escolar. As atividades que encontramos em desenvolvimento foram: Núcleos de Letramento, Música, Teatro, Artes Plásticas, Informática e Esporte. Soubemos, na mesma fonte, que o “contraturno de atividades não é obrigatório e não tem carga horária pré-determinada”. (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2008). A participação dos alunos é voluntária e eles se inscrevem na Equipe de Supervisão da Escola, onde têm preferência os alunos em situação de risco social e educacional. Os alunos organizam seu horário com a Equipe de supervisão da Escola. (BRANCO, 2012, p. 117)

No mesmo raciocínio encontramos a experiência de Apucarana, no Estado do Paraná, escolas do município que implantaram o ensino integral. De acordo com Branco (2012), a implantação foi uma promessa de campanha eleitoral, onde a justificativa foi, a experiência na cidade de Pato Branco, no Paraná, e também experiências de outros países. Segundo o Autor os professores do município são concursados em 20 horas e são responsáveis pelo currículo formal, e as oficinas no contra turno seriam oferecidas por estagiárias da escola normal.

O trabalho desenvolvido pelas estagiárias não foi satisfatório porque elas não se comprometiam efetivamente. Assumiam o trabalho e não compareciam com regularidade, e até mesmo deixavam de comparecer sem dar qualquer satisfação à escola, fazendo com que as oficinas não tivessem uma regularidade de funcionamento. (BRANCO, 2012, p. 118)

Em consequência desse fato procuraram usar as habilidades das professoras do município para ministrar as oficinas. Segundo Branco (2012), as professoras se reuniam aos finais de semana para fazer os planejamentos, deduzindo que a formação que o município ofereceu aos professores foi insuficiente.

Foi relatada pelo Autor uma pesquisa com pais de alunos que se constatou:

A fala dos pais demonstra que a primeira preocupação deles é com o cuidado e a segurança dos filhos. Eles reconhecem que a escola oferece isso, porém não parecem compreender que permanecer na escola em tempo integral pode significar vivenciar um currículo mais amplo com maiores oportunidades de desenvolvimento de atividades educativas para os filhos. A oportunidade de participar de atividades esportivas, artísticas e culturais, desenvolvidas no tempo integral, não parece ser importante, mesmo que a maioria dos pais da escola pública não possa oferecer essas atividades a seus filhos de forma suplementar. Para eles a escola de quatro horas por dia é suficiente, é aquela que fez parte de suas vivências escolares. (BRANCO, 2012, p.120)

Conforme o Autor os pais que participaram da pesquisa eram os mais participativos da escola. Técnicos educacionais foram indagados pelo pesquisador, de como ocorreu à participação dos pais no projeto de ampliação do tempo integral, onde foi relatado que o projeto foi promessa de campanha eleitoral. Após posse do prefeito ouve então a execução de sua promessa, sem haver a participação de pais e professores nessa decisão.

Embora os professores não tivessem participado da elaboração do projeto, eles assumiram sua execução, e mesmo com muitas dificuldades, conseguiram que a comunidade e os pais abraçassem o projeto. Também os professores se sentiram desafiados e sem saber como enfrentar as novas atividades nas escolas, e então foi

preciso muito apoio dos técnicos da Secretaria e do próprio prefeito, que sempre estava junto com a equipe técnica para apoiar e para ajudar a solucionar as dificuldades inesperadas (BRANCO, 2012, p. 121)

De acordo com Branco (2012), a implantação no município de Apucarana ocorreu em consequência de promessa política, porém a experiência de Apucarana foi positiva, sendo que muitos avanços ocorreram na qualidade do ensino municipal.

A preocupação latente entre professores, gestores e coordenadores pedagógicos com a qualificação do tempo vivido pelos estudantes em sua permanência na escola denota que mais que a ampliação quantitativa do tempo, também existiu uma preocupação em dar significado às novas vivências escolares dos estudantes. (BRANCO, 2012, p.122)

Como exemplo de avanço positivo na educação Branco (2012), destaca a participação da comunidade na escola, e o seu envolvimento nos planejamentos das atividades, e a preocupação dos docentes envolvidos com a qualificação do tempo vivido pelos estudantes na escola de tempo integral.

No Estado de São Paulo experiências de escolas de tempo integral são relatadas, de como as escolas organizavam seu tempo e espaço. Segundo Castro e Lopes (2011), as aulas do currículo básico e as oficinas eram aulas tradicionais, todas as aulas obedeciam à regra: caderno, giz, lousa, cadeira. No trabalho do professor também não houve modificações, estando muitas vezes trabalhando em diversas escolas. Diversas vezes o horário de trabalho pedagógico coletivo dos professores era ocupado para discussões a respeito de indisciplina em sala de aula.

O espaço de interação coletiva entre professores é um momento importante e essencial de um planejamento escolar, principalmente no momento de aliar, a teoria de disciplinas básicas a prática ministrada nas oficinas.

Ainda no relato de São Paulo os autores falam sobre professores, alunos e responsáveis, onde para as mães, a infraestrutura da escola não estava em primeiro lugar. Em uma entrevista declararam não ser importante para a qualidade da educação, ser de tempo

integral o ensino. Professores relatam que os pais não participam da vida escolar de seus filhos.

Acreditamos que a ausência dos responsáveis pelos alunos nas reuniões escolares, apesar de todos afirmarem que elas eram, ao menos, bimestrais, repercutiu na incompreensão que as famílias tinham acerca do processo educacional e do Projeto Escola de Tempo Integral, a ponto de caracterizarem o tempo parcial da escola como uma característica de boa educação e creditarem apenas aos professores a base dessa qualidade, esquecendo-se de que eles são copartícipes responsáveis pelo processo educacional. (CASTRO e LOPES, 2011, p. 268)

Conforme Castro e Lopes (2011), as escolas do Estado de São Paulo passaram por uma avaliação de rendimento escolar nos anos de 2005 e 2007, onde foram avaliados alunos de escola de tempo integral e escolas de tempo parcial. Pesquisas analisadas demonstraram que educandários que tinham o seu tempo ampliado, nem sempre proporcionavam um ensino de melhor qualidade.

2. Implantação do ensino integral na escola Padre Francisco Garcia e sua execução

Esse capítulo está organizado na seguinte forma, num primeiro momento apresentaremos a escola e posteriormente faremos a análise do ensino integral a partir dos entrevistados. Foram entrevistados 21 sujeitos dentre eles a diretora da escola, a supervisora do ensino integral, quatro professores, bibliotecária, merendeira, três funcionários e pais, dez alunos.

Foram atribuídos códigos aos seguintes atores envolvidos no trabalho, sendo compostos por uma letra do grupo a que pertence, seguida de um número, docentes D1, D2, D3, D4, mãe e funcionária MF1, MF2, MF3 e aluno A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7.

A análise dos dados será realizada a partir de duas categorias, o processo de implantação e a execução do ensino em tempo integral. O método usado no trabalho foi o método indutivo, onde foram utilizadas técnicas de entrevistas.

As informações contidas nas entrevistas com a direção da escola examinadas permitiram juntar a teoria do discurso oficial com a prática da realidade de uma escola de tempo integral. Preservando a identidade de todos os colaboradores, e apresentando a análise dos depoimentos dos vários atores envolvidos em torno do ensino integral.

Devido à falta oficial de um regulamento norteador, foi necessário obter informações a respeito da implantação e funcionamento do ensino integral na escola, através do levantamento de dados empíricos, pesquisa e entrevista da direção e professores.

A justificativa para a implantação do ensino integral na escola foi a necessidade de ser implantado no município pela CRE 35, conforme Lei Estadual nº 14.461, o Ensino Integral em uma escola da rede pública Estadual.

2.1 Instituto Estadual Padre Francisco Garcia

O Instituto Estadual Padre Francisco Garcia tem como data de sua fundação 1º de junho de 1973. É intitulada antiga Escola Polivalente, foi criada através do programa de melhoramentos ensino PREMEM_ Convênio do MEC-USAID (Agência Americana para o Desenvolvimento da América Latina 1970-80). Sendo uma escola tecnicista com cursos de aperfeiçoamento constante dos professores, que desenvolviam suas aulas práticas concomitantes com a teórica.

Através do decreto estadual de 06 de outubro de 1970 passou a se chamar Ginásio Estadual de São Borja, inaugurado em 01 de junho de 1973. Em homenagem ao fundador da redução de São Francisco de Borja, a partir de 23 de Janeiro de 1981 passou a chamar-se E.E de 1º Grau Padre Francisco Garcia, sob jurisdição da 35ª DE, hoje 35ª CRE.

Em 01 de abril de 1999, com a implantação do ensino médio passou a se chamar Escola Estadual de Educação Básica Padre Francisco Garcia. Em 01 de junho de 2012, através da resolução 253/2000 e portaria nº 104/ 2012, altera a designação para Instituto Estadual Padre Francisco Garcia.

O Instituto Estadual Padre Francisco Garcia esta localizado em uma comunidade que atende diversas classes sociais, sendo a maioria da classe baixa e média. As famílias, em sua maioria, são formadas por avós, tios, primos, pais e filhos. Os mais velhos têm pouca escolaridade, apenas o Ensino Fundamental incompleto, mas incentivam os filhos a terminarem os estudos.

Muitos alunos apresentam dificuldades na aprendizagem e alguns problemas disciplinares. Segundo o PPP, diversos são os motivos, os quais, levam alguns estudantes ao fracasso escolar. Os índices de repetência têm relação com questões de ordem pedagógica, fatores sociais, psíquicos, econômicos, afetivos, culturais e familiares.

Segundo o PPP a escola possui uma boa infraestrutura, possuindo três prédios no total uma área de 5460 metros quadrados, sendo 1313.53 metros de área construída.

Quanto à infraestrutura a escola possui três prédios, dezenove salas de aulas, quarenta e seis turmas distribuídas nos três turnos, sala de Coordenação Pedagógica, Assistente administrativo e financeiro, Audiovisual, Laboratório de Informática, Biblioteca, Serviço de Mecanografia (Terceirizado), Serviço de Assistência em Nutrição, Grêmios Estudantil, Círculo de Pais e Mestres, Sala Multifuncional, professor de apoio e CRAS.

Segundo PPP, a escola em tempo integral considera o estudante em seus aspectos biológicos e emocional, o qual passa por transformações que dialogam com seu processo de aprendizagem. O currículo é interdisciplinar, resgatando o ser em sua unidade e diversidade no qual o conhecimento perpassa o coletivo, pela cultura e do reconhecimento e acolhimento do indivíduo.

A escola desenvolve várias atividades durante o ano letivo com os alunos dentre elas, feira de ciências, gincanas, grupo de danças da Invernada Padre Francisco Garcia e também participa de projetos vinculados a Universidade Federal do Pampa (Unipampa), como PIBID², o projeto fundamenta a formação docente baseada na realidade escolar, estabelecendo uma ponte entre escola e universidade.

² O Pibid é um programa do governo federal promovido pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que dentre seus objetivos busca inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação de experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem.

2.2 O processo de Implantação e execução do ensino integral

A escola ocorre no Tempo Integral no ensino fundamental, desde o 2º semestre de 2014, regulamentando a rede pública estadual conforme a Lei nº 14.461 de 16/01/2014, Inciso 4º do Art.199 da constituição do Estado do Rio Grande do Sul, instituída pelo Decreto nº 51.316 de 21/03/2014.

A escola encontra-se situada em um bairro afastado do centro da cidade, conforme PPP da escola, sua comunidade é formada por filhos de trabalhadores de engenho, funcionários públicos, serviços domésticos ou economia informal, caminhoneiros e construção civil, sendo grande parte inserida no Programa Bolsa Família. Motivo pelo qual se constata a carência econômica de seus moradores e uma maior vulnerabilidade social, proporcionando à escola a implantação do ensino integral.

Um dos critérios os quais, impulsionaram a implementação do ensino integral no educandário, segundo informações da supervisora responsável por este método educacional, é a carência e vulnerabilidade social de sua clientela, aliada a uma boa infraestrutura física da escola, assim, podendo atender aos alunos no período integral.

Um dos saberes primeiros, indispensáveis a quem, chegando a favelas ou a realidades marcadas pela traição a nosso direito de ser, pretende que sua presença se vá tornando convivência, que seu estar no contexto vá virando estar com ele, é o saber do futuro como problema e não como inexorabilidade. É o saber da história como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo esta sendo. (FREIRE, 2011, p.74)

Com relação à organização curricular, documentos da 35º CRE foram enviados para a escola, papéis estes, os quais, regulamentam o ensino integral no Estado. A partir deste norte foi elaborada a matriz curricular na escola, a qual, segundo a Diretora, no decorrer do período sofreu diversas alterações. Na afirmativa da entrevistada a escola ainda não possui um

regimento escolar de tempo integral próprio, encontrando-se, tal documento, em processo de elaboração.

De acordo com a diretora da escola:

“Quanto a documentação isso é uma coisa que preocupa bastante, a direção tem insistido muito com a CRE e a Seduc, por exemplo no ano que foi implantado 2014, houve troca de governo, porém antes de sair o atual governo a escola fez o regimento, veio o modelo foi colocado no padrão da escola, foi homologado, só que o que aconteceu quando entrou o governo novo eles anularam o documento, eles simplesmente disseram que não aceitavam o documento da escola, isso foi em 2015 estando hoje no final de 2016 e estamos no aguardo ainda”.(Diretora)

Raciocínio semelhante ao da questão anterior nos relata Castro e Lopes (2011), referente a mudança de governo, fato ocorrido no Estado de São Paulo sobre o Projeto Escola de Tempo Integral.

Percebemos que, com a mudança na direção do executivo paulista e de sua equipe, o projeto deixou de ser a “menina dos olhos” da Secretaria. As capacitações, paulatinamente, deixaram de ocorrer para os supervisores, diretores e assistentes técnico-pedagógicos em São Paulo, acarretando um fato similar na Diretoria de Ensino (DE) para os professores e professores coordenadores. A falta de funcionários é uma reclamação constante nas escolas, inclusive nas ETIs, muitas vezes, com prejuízos diretos sobre a alimentação dos alunos. (CASTRO e LOPES, 2011, p.278)

A proposta do ensino integral, segundo a lei regulamentadora da Constituição do Estado que baliza o ensino integral, é ser implantado no prazo de dez anos, a contar da data de publicação de sua lei. No mínimo 50% das escolas da rede pública estadual deverão estar aptas a trabalhar com o ensino integral. Devendo o Estado disponibilizar meios para que este processo seja efetivado.

Segundo Paro (1988 apud CASTRO e LOPES, 2011, p. 271)

afirma que, como resposta às reivindicações das classes populares por escolas, o governo implanta projetos de escolas de tempo integral, cuja motivação é a tentativa de amenizar os problemas sociais, além dos muros escolares, das classes populares, ainda que estes problemas não tenham “natureza propriamente pedagógica”.

O período de permanência na escola dos alunos ocorre das 8:00 as 17 horas, nesse tempo, os alunos recebem no primeiro momento o café da manhã, no intervalo, um lanche e ao meio dia o almoço, onde é disponibilizado aos alunos um período de descanso retornando as atividades escolares às 13 horas precedida de lanche e dispensados para casa as 17 horas.

Segundo a merendeira da escola

“...tem muitos alunos carentes que precisam da merenda distribuída, onde todos os alunos frequentam assiduamente o refeitório da escola. O Estado envia recursos destinados a merenda, na escola não falta o alimento sendo o mérito, da boa administração da direção da escola”.

Do ponto de vista dos professores e da direção da escola os primeiros meses de implantação do ensino integral na escola não foram fáceis. Houve muitos problemas de compreensão por parte dos alunos e pais, da importância dessa modalidade de ensino.

As crianças não gostavam de ficar o dia inteiro na escola, cansavam, chegava o turno da tarde, e eles já estavam cansados, havia então muitos problemas e reclamações das crianças, quererem ir embora. Os pais alguns não gostaram e outros gostaram, que colocavam a criança na escola e podiam ficar tranquilo para ir trabalhar. (DIRETORA)

Anterior ao ensino integral a escola possuía o projeto Mais Educação que recebia verbas do Governo Federal, onde os alunos permaneciam na escola durante todo o dia. Segundo BRASIL, 2009 o programa foi instituído no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), onde em um dos turnos os alunos recebiam a disciplina da grade curricular

obrigatória, e após era disponibilizada oficinas diversas aos alunos, porém sem constar no currículo.

O Programa Mais educação ocorria de forma optativa aos alunos, segundo a direção da escola o projeto era ministrado por voluntários, que muitas vezes não possuíam formação pedagógica.

Esses pressupostos para a qualidade social da escola de tempo integral, já aplicados em alguns sistemas de ensino de forma bastante satisfatória, trazem consigo um outro requisito indispensável: a democratização da gestão. O projeto político-pedagógico tem por princípio superar a recorrente divisão social do trabalho e as práticas autoritárias existentes na escola. Nesse sentido, cabe às direções potencializar a participação social: dos conselhos escolares, dos grêmios estudantis, das associações de pais, de moradores, dentre outros grupos constituídos na comunidade que queiram participar, solidariamente, do projeto escolar, bem como conselhos de idosos, de mulheres, os movimentos negros, de artistas e outros. (BRASIL, 2009, p. 38)

O ensino Integral iniciou suas atividades na escola nos moldes semelhante ao Programa Mais Educação. O programa Mais educação é o indutor da política de Estado para a educação integral. (MOLL et al., 2012, p.17).

Segundo a supervisora do ensino Integral, a implantação do ensino integral foi muito difícil, porque, os professores não tinham conhecimento de como funcionava essa nova modalidade de ensino.

Acredita-se, como desafio da escola e tarefa dos profissionais da educação, que o reconhecimento de ações como a ampliação do tempo escolar implica investir em reflexão sobre a prática e ousar em estratégias e metodologias inovadoras, oferecendo ao maior número possível de alunos o direito de aprender. (SPERANDIO; CASTRO, 2012, p.322)

Os primeiros passos para a efetivação do ensino na escola foram dados praticamente só pela direção e professores, o ensino integral foi implantado no segundo semestre, no começo havia muita dificuldade, onde tudo era novidade.

Conforme a Diretora da escola sobre a implantação

“foi dado à base, e muita coisa da base a escola não tinha conhecimento, mas o que foi passado pelo Estado foi o mínimo veio somente a base e nada pra agregar aquilo, se basear. Então os professores correram atrás e foram ver, os componentes, os professores não sabiam o que trabalhar, então a direção e supervisão juntamente com os professores iniciaram a investigação do que dar aos alunos”.

Para um processo de educação integral, exige-se uma organização curricular compatível com esse tipo de proposta. Com isso, mesmo que sinteticamente, é necessário discutirmos o significado de currículo, bem como sua complexidade. (PADILHA, 2012, p.192)

O currículo deve ser primeiramente repensado na escola, sendo que é na escola que o docente tem contato com os diferentes atores e identidades presentes no dia a dia de um educandário. Uma reflexão diária do que ensinar e como ensinar, que aliada à reflexão em conjunto ao grande grupo de profissionais do ensino, que estruturam e dão um embasamento teórico e prático as aulas ministradas.

O termo “currículo” deriva de diversas palavras latinas, como *currere*, significando correr, *cursus*, que quer dizer carreira, e *curriculum*, o mesmo que caminho. Portanto, significa não apenas o ato de correr em si, mas o modo de traçar e realizar um percurso desejado. (PILETTI; ROSSATO, 2010, p.55)

Segundo a Diretora “havia um entendimento entre direção e professores, que o ensino integral auxiliaria as demais disciplinas”. Então como escola eles discutiram qual seria o principal objetivo a ser traçado para que o ensino integral pudesse melhorar o desempenho escolar dos alunos. Sendo assim, a direção e supervisão foram pesquisar e estudar, como seria o funcionamento de uma escola de tempo integral, para depois então transmitir para os demais docentes.

Foi criado um grupo de estudo com o intuito de realizar pesquisas na internet e procurar obter informações com professores ou direções de outra escola onde há tempo integral, mas, tal feito não obteve êxito em razão da falta de um bom entendimento sobre o assunto.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a verdade. (FREIRE, 2011, p.30,31.)

Segundo a diretora do educandário, sabedora dos pontos os quais precisavam de melhorias na escola, decidiu definir quais as áreas, dentro da educação, que seriam priorizadas.

“a Matemática é um dos pontos fracos da escola, então se criou a oficina intitulada Experiência Matemática. A oficina de Produção Textual auxiliaria o português. A pesquisa foi uma coisa muito boa, que tem desde o primeiro ano do ensino fundamental, e tem possibilitado aos alunos uma maior interação no processo da aprendizagem.”(DIRETORA)

Posteriormente a definição de quais áreas seriam enfatizadas nas oficinas, o próximo passo consistiria no trabalho em conjunto, a interdisciplinaridade entre os professores.

Conforme referência da Diretora a respeito do trabalho dos professores indaga “Como os professores então iriam trabalhar junto? porque na verdade envolve bastante, interdisciplinaridade, só que isso é uma coisa difícil de acontecer, porque teriam que os planos das áreas serem feitos em conjunto com os professores”.

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade supõem o trabalho coletivo e planejado dos conteúdos curriculares através da definição de alguns temas e da sugestão de atividades mensais ou bimestrais que possam articular os conteúdos das

várias disciplinas, com o propósito de facilitar a aprendizagem. (CARLINI, 2012, p.445)

Após a Diretora explica “a oficina experiência matemática não vai trabalhar como o professor da matemática usando quadro, caderno, livro, mas ela vai da à prática da matemática, até porque é interessante para o aluno entender da onde vem”.

Constituir uma instituição de ensino com o tempo ampliado possibilitará, aos alunos um tempo maior de aprendizagem. Porém, é necessário conhecimento de como por em prática uma metodologia que organize tanto o tempo com planejamento de disciplinas obrigatórias relacionadas com as oficinas trabalhadas no turno inverso.

Organizar uma escola com carga horária ampliada não pode ser apenas reproduzir, por mais tempo, os procedimentos pedagógicos tradicionalmente praticados, é preciso oportunizar novas possibilidades de desenvolvimento e de aprendizagem para os alunos. (SPERANDIO; CASTRO , 2012, p. 319).

Professores então iniciaram suas atividades em sala de aula, semelhante ao projeto mais educação que havia na escola. No início eram intituladas oficinas as atividades eletivas, e os professores procuravam pesquisar na internet, conteúdos para desenvolver com os alunos e fazer os trabalhos de aula.

De acordo com a Diretora o Estado não enviou cursos de formação para capacitar os professores para o ensino integral, o que ocorreram foram reuniões, algumas formações, porém não de maneira específica para o ensino integral. A escola foi a primeira do município a implantar este tipo de ensino. Não ocorreram oficinas específicas para poder compreender a nova forma de ensino, ocorreu sim formações onde foi abordado o ensino integral.

No decorrer do tempo, a metodologia a ser trabalhada no ensino integral foi sendo aperfeiçoada. Anteriormente as oficinas não faziam parte do currículo da escola, assim, não havendo avaliação de suas atividades.

Segundo a supervisora do ensino integral hoje as oficinas foram implementadas ao currículo, passando assim a chamarem-se complementos curriculares, sendo avaliadas juntamente com as demais disciplinas relacionadas nas áreas de atuação. Os componentes curriculares possuem carga horária estabelecida, onde os alunos são avaliados ao final do trimestre.

Conforme a Supervisora do ensino integral,

“No começo não era assim, a oficina não atribuía nota ao histórico do aluno. Só que o aluno infelizmente ainda precisa de nota, porque ele diz: se não vale nota não vou fazer. Ele não tem consciência que o conhecimento não é só através da nota que se adquire, então para que os alunos mantivessem o interesse, e participassem ficou estabelecido, que no final para fechar a média precisaria da nota de todas as disciplinas e os componentes”.

No momento em que os alunos perceberam que os componentes e as disciplinas seriam avaliados, houve um maior envolvimento por parte dos jovens, os quais passaram a participar ativamente das atividades em sala de aula.

Segundo a supervisora do ensino integral o planejamento dos componentes curriculares foi construído em conjunto com os professores das áreas das disciplinas básicas. Os planos, de cada curso, são elaborados no início ou final do ano letivo. Os componentes servem para dar o embasamento prático para as disciplinas básicas que trabalham a teoria.

De acordo com relato do docente D1, que participou desde o início da implantação do ensino integral ocorreram, uma série de dificuldades em entender e aceitar por parte de pais e alunos a importância do tempo integral no ensino:

“essa modalidade de ensino vem para suprir uma série de lacunas que a educação básica deixava a desejar, por exemplo, uma série de complementos curriculares que foram complementados que no início se chamavam oficinas e depois passou a ser complementos curriculares”. (D1)

Oficinas que permitam que o aluno absorva conhecimento, transmitido pelos professores, não só nas disciplinas tradicionais, mas também nas complementares, como a educação ambiental, redação, iniciação a pesquisa, tecnologia educacionais, são lacunas que faltavam para serem preenchidas com o tempo integral.

Segundo relatos docente D2 as oficinas vieram para complementar as disciplinas obrigatórias, porém o ensino integral alcançará seu objetivo se houver a junção da teoria com a prática.

Conforme docente D2 a oficina de produção textual proporciona aos alunos o momento da leitura, é o momento de exercitar a escrita. Onde observa que ao aliar a teoria com a prática a aprendizagem melhora muito. Quando a oficina é somente teoria os alunos sentem-se desmotivados.

Para que a disciplina básica interaja com os complementos curriculares é necessário que ocorram reuniões pedagógicas, ao perguntar a supervisora do integral se ocorriam encontros semanais entre os professores ela declarou:

“Essa e a única coisa que encontramos dificuldades, não por causa que a escola não forneça mas porque os horários não batem, tem professor que trabalha aqui e depois trabalha em outra escola, fica complicado, porque as vezes um professor trabalha com o médio e trabalha com o integral, mas eles conversam na escola e os próprios alunos conversam com os professores”. (SUPERVISORA DO INTEGRAL)

A escola de tempo integral exige professor de tempo integral. O professor que ministra as aulas em um turno precisa acompanhar ou, ao menos orientar as atividades realizadas no outro. (GIOLO, 2012, p.102)

Como exemplo a supervisora explica um trabalho realizado em conjunto entre disciplina básica e o complemento curricular, onde a matemática e a experiência matemática proporcionaram aos alunos ver a teoria geométrica e visualizar na prática a construção das figuras geométricas.

Segundo a supervisora do ensino integral a função do componente é viabilizar para que determinado conteúdo sirva como mecanismo de aprendizagem, fazendo com que o jovem tenha um maior conhecimento da matéria em estudo.

A escola possui um pequeno acervo de livros para dispor aos alunos, sendo que muitas vezes o próprio docente tem que disponibilizar seus livros particulares para usar nas aulas de leitura.

Segundo docente D3 que administra uma oficina de Tecnologias Educacionais: “A aceitação da aplicação foi boa, mas para os alunos não foi boa. Os alunos não gostam, não tem estrutura, não tem material para fazer um trabalho diferenciado. A sala de informática não funciona para levar o aluno.”

Para a bibliotecária da escola o ensino integral é algo maravilhoso, onde o rendimento e aprendizagem melhoraram muito. Ela cita que ouve um aumento do fluxo de alunos na biblioteca, onde os jovens permanecem mais para estudar e fazer os temas.

Na biblioteca possui o cantinho do filme para os alunos até o quinto ano do ensino fundamental. Também possui dois computadores, os quais seriam para os alunos realizarem pesquisas, porém os aparelhos não podem ser usados, devido a necessidade de manutenção. Ainda segundo a bibliotecária nota-se que os alunos de menor idade frequentam mais o espaço dos livros, em razão do cantinho do filme.

2.3 Os efeitos do Ensino Integral para os alunos

O ensino integral surge no sentido de tentar diminuir as desigualdades sociais, possibilitando às famílias carentes um maior universo de oportunidades para seus filhos, dispor também, de um local com infraestrutura capaz de colaborar na formação do aluno. Uma escola capacitada com bom espaço físico, com atenção redobrada com os alunos, e que possibilite às famílias carentes um local seguro e longe da violência e criminalidade enquanto estão trabalhando.

Nesse histórico da luta dos movimentos sociais, podemos interpretar os Programas Mais educação, Escola de Tempo Integral e Escola Integrada como tentativas tardias de respostas públicas a mais de três décadas de pressões vindas das famílias populares pelo direito a um justo e digno viver da infância-adolescência popular. (Moll et al, 2012, p. 35)

Com relação à aceitação e rendimento escolar ao ensino integral na escola, segundo a direção aspectos positivos e negativos surgiram no decorrer da adaptação do ensino integral. Muitos pais retiraram seus filhos da escola, por não aceitarem que o aluno permanecesse na escola durante todo o dia. Outros pais demonstraram uma boa aceitação da nova modalidade de ensino, pelo motivo de trabalharem e não terem onde deixar os filhos no turno inverso.

Segundo mãe e funcionária MF 1: “O ensino integral é ótimo para as mães que trabalham”. Porém a mãe enfatiza em dizer: “No intervalo do meio-dia eles ficam soltos, os pequenos têm TV, vídeo, os grandes não. Isso teria que melhorar.”

Conforme relatou docente D4 “A escola se tornou um depósito de alunos, os pais procuram por causa disso a escola”.

Não parece haver dúvida de que uma das grandes motivações para a ampliação da jornada escolar é a necessidade das famílias de terem as crianças e adolescentes protegidos e assistidos durante o período de trabalho dos pais. (CAVALIERE, 2014, p.1211)

O tempo integral como se pode observar é um espaço de acolhimento para que as famílias de classes populares que trabalham durante todo dia possam aliar a educação e a segurança de seus filhos durante todo o dia. Segundo docente D4 “O positivo do turno integral é deixar os alunos em segurança na escola, fora da marginalidade”.

Para os entrevistados, a dupla função da Escola de Tempo Integral, guarda e educação, é clara. A primeira coibiria, de acordo com os depoimentos, a ociosidade que pode gerar marginalidade das crianças e adolescentes que estão fora do mercado de trabalho por força de lei, e a segunda serviria ao mercado com a formação de futuros trabalhadores, por meio da instrução básica. (CASTRO e LOPES, 2011, p. 275)

Os alunos demoraram a se adaptar a longa jornada escolar a ser cumprida. Segundo professores os alunos não gostavam de permanecer na escola durante o dia todo, onde era comum presenciar alguns alunos em fuga pelos muros da escola.

De acordo com Castro e Lopes (2011, p.268)

a maioria das crianças, dos adolescentes e dos responsáveis achava que todo o aprendizado devia sempre ser prazeroso, esquecendo-se de que, no início, por falta de hábito até a permanência da criança sentada numa cadeira para estudar um pequeno texto é difícil. Este é um dos primeiros hábitos que, gradativamente, deveria ser aprendido na escola. Aos poucos, apesar da dificuldade inicial em adquirir esses hábitos (silêncio, calma, organização, concentração, entre outros), eles são incorporados na vida do aprendiz, tornam-se parte do seu ser e, também, instrumentos necessários e facilitadores de futuras aprendizagens.

Dos onze alunos entrevistados dois responderam que não gostam de ficar o dia todo no estabelecimento escolar. Os demais gostam muito do ambiente e dos professores, porém acham cansativo ficar durante todo dia na escola. A grande maioria dos alunos entrevistados acha que o ensino integral veio para melhorar o ensino.

De acordo com narrativa do aluno A1 do 9º ano sobre ficar todo dia na escola:

“É melhor porque tem mais tempo de estudo. As oficinas são legais, temos mais tempo de aprendizagem, as oficinas que disponibilizam para os alunos, que se interessam em participar, de formas de interagir com música, dança, teatro, ajudam na forma de se expressar”.

Chamou atenção a resposta do aluno A2 do 6º ano, ao ser perguntado se ele gosta do ensino integral, ao relatar que quem deseja estudar, simpatiza com o ensino integral:

“O ensino integral é bom, eu gosto das oficinas que eles nos propõem, eu gosto da oficina de experiência matemática, porque me ajudou bastante na matemática. As notas melhoraram bastante principalmente esse ano. Tem bastantes alunos que acham cansativo o ensino integral, tem alguns que não gostam de estudar, e acha chato, mas quem gosta de estudar é bem bom eu gostei desse ensino integral”. (A2)

Outro depoimento que chamou a atenção foi da mãe e funcionária MF2 que para o desenvolvimento do filho foi excelente, “meu filho que cursa a 4º série é mais desenvolvido para conversar do que os outros filhos que estudaram na escola anteriormente. Ele não gosta de ficar todo o dia na escola, mas gosta das disciplinas a mais que ele vê.”

Segundo docente D2, hoje os alunos do integral tem mais capacidade e autonomia e senso crítico para dialogar, do que os alunos do ensino médio que não passaram pelo método integral.

Como descrito pela mãe e funcionária MF3 no início do ensino integral as oficinas não eram estruturadas como são hoje. “Nas séries iniciais o ensino integral veio para melhorar, pois eles sempre têm aula de reforço. Meu filho esta no 1º ano do fundamental e tem aula de várias oficinas, ele gosta do ensino integral, dos colegas e dos professores”.

Mas a escola nunca é um espaço exclusivamente de instrução. Embora seja esta que, em última análise a justifique em sua “especificidade”, ela é também um espaço de socialização. O aluno, em contato com os colegas, com professores, com os demais elementos da escola vai traçando conhecimentos com pessoas de idades, gostos, hábitos, características pessoais diversas das suas e das que ele costuma encontrar em seu ambiente familiar. (PARO et al, 2013, p.13)

“Ficar o dia todo na escola não ajuda muito na hora de estudar e fazer os trabalhos”, conforme aluno A3 do 9º ano ele não consegue fazer os trabalhos escolares, sendo que é disponibilizado um tempo para fazer os trabalhos, porém sendo esse tempo insuficiente, além dos computadores da escola nem sempre terem internet e poderem ser usados.

Uma jornada de tempo integral deve: a) criar uma boa equação entre o tempo de trabalho grupal em torno de projetos ou de oficinas cujas áreas de conhecimento e de transversalidade entre elas possam ser estimuladas; b) assegurar tempo para o estudo individual necessário a fim de que o estudante valorize seu autoaprendizado, ganhe autonomia na pesquisa e arroje-se à iniciativa e à criação; c) assegurar tempo para oficinas, projetos de trabalho e exposições feitas por professores e especialistas locais para compartilhar a progressão de novos conhecimentos convertidos em intervenção local. (SETUBAL; CARVALHO, 2012, p.117)

Na opinião do docente D3 “O aprendizado melhorou, pelo motivo de dobrar os períodos, onde as oficinas servem como um complemento das disciplinas. Se houvesse estrutura na escola, haveria muito mais melhora no ensino”.

Conforme aluno A4 do 9º ano “gosto das aulas do ensino integral, porque se tivesse em casa estaria nas redes sociais. As oficinas são boas, porém teria que haver mais as aulas práticas”.

Na visão do aluno A5 do 6º ano “gosta mais da oficina de educação física, por ter esporte, basquete, futebol. Gosta também de geografia. Quando iniciou ficar na escola o dia inteiro achou estranho, porém as notas tiveram uma melhora, diz que aprendeu mais coisas”.

Já para o aluno A6 do 6º ano que frequenta a escola há apenas um mês “estudava só de tarde na outra escola, acho bom o ensino, porém acho um pouco puxado, a maioria das matérias que tem aqui não tinha na outra escola. A escola de tempo integral, ta ajudando mais no aprendizado, gosto de ficar todo dia, só o calor que atrapalha”.

Na opinião do aluno A7 do 9º ano ficar o dia todo na escola ocupa todo seu tempo:

“Não gosto do ensino integral, porque é cansativo, tem muita coisa para fazer, sai cedo da manhã e chega em casa e já anoitece. Tem que fazer trabalho em grupo e na escola não dá tempo para fazer tudo, poucos computadores tem internet e somente podemos usar o laboratório de informática nos períodos de aula”. (A7)

Uma escola de tempo integral tem responsabilidades de disponibilizar os instrumentos de formação física, intelectual e moral ao estudante, cabendo-lhe a missão de promover a integração harmoniosa do educando no seio da sociedade, fornecendo-lhe todos os elementos para que se possa tornar um fator de progresso individual e social.

Também é necessário destacar que uma jornada de tempo integral não pode eliminar o tempo doméstico a que criança e família têm direito. Muitos países resolveram essa questão assegurando um meio período durante a semana para que as crianças possam permanecer no espaço doméstico, sujeito a demandas familiares. (SETUBAL; CARVALHO, 2012, p.119)

No dizer de D3 que ministra a oficina de Tecnologias Educacionais, encontra inúmeras dificuldades para efetuar suas aulas, em razão da escola não disponibilizar recursos tecnológicos capacitados para o atendimento dos alunos.

“Os alunos perguntam em aula o porquê de não poderem ir à sala de informática. A escola possui laboratório de informática, porém poucos computadores funcionam, é pedido para a direção o conserto das máquinas, porém não é resolvido o problema da sala de informática”. (D3)

3. Considerações Finais

Este trabalho apresentou um estudo sobre o ensino em tempo integral, sendo observado que o termo educação integral no sentido de formação integral não é coisa nova. A educação integral manifesta-se na história da educação desde a antiguidade, onde poucos sujeitos podiam desfrutar deste tipo de ensino sendo disponibilizada a alta sociedade da época, ocorrendo mudanças ao longo do tempo tanto na sociedade como na forma de exemplificar o ensino.

Com mudanças ocorridas no mundo e a chegada da industrialização a educação voltou-se a uma formação básica para os indivíduos mais carentes que iriam desempenhar a produção do trabalho, ocasionando no decorrer da história uma grande desigualdade social. Surgindo assim na atualidade estudos como de John Dewey entre outros autores que pregavam a igualdade entre os homens e do direito a educação para todos, onde o ensino seria público e gratuito.

Percebe-se que esta modalidade de ensino ainda está em construção no Brasil, sendo defendida primeiramente por Anísio Teixeira nas décadas de 20 e 30. Alguns estudos demonstraram que o ensino integral no Brasil, durante várias décadas voltou-se para o objetivo de melhorar a qualidade do ensino público e disponibilizar um maior tempo na escola, principalmente aos alunos mais carentes.

A escola de tempo integral é um ensino que visa garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões, intelectuais, sociais, culturais, assim melhorando o desempenho pedagógico dos alunos, porém seu projeto é focado nos alunos com uma maior vulnerabilidade social.

Dessa forma foi feita uma investigação de uma escola de tempo Integral, onde foram pesquisados os primeiros passos da implantação, o decorrer da execução e adaptação do tempo e do espaço de uma escola integral e da aceitação e aproveitamento do ensino no educandário pelos alunos e professores.

Assim, foram analisadas as entrevistas com a comunidade escolar, verificando se a ampliação do tempo integral garantiria uma educação diferenciada que disponibilizasse melhoria no ensino aprendizagem.

No segundo semestre de 2014 a escola iniciou o processo de implantação do ensino integral na escola. Método esse que conforme a Diretora trouxe muitas dúvidas e pouco amparo técnico e qualificação aos professores por parte do Estado, na execução do tempo integral na escola.

Conforme professores e direção, muitos problemas ocorreram tanto no planejamento das atividades, como na aceitação por parte de pais e alunos dessa nova modalidade de ensino. Muitas dificuldades ocorreram, onde foi necessário união e trabalho em equipe, entre direção e professores, para que pudessem iniciar suas atividades educacionais em tempo integral.

Apesar das dificuldades, a realização do trabalho em grupo referente ao planejamento coletivo, aliado a metas, que pretendiam ser alcançadas com a implantação do ensino integral tiveram resultados positivos. Foram idealizadas oficinas que disponibilizassem aos alunos suprir carências de aprendizagem, nas principais disciplinas básicas.

Porém para que essas oficinas tivessem resultado, seria necessário que houvesse uma interdisciplinaridade entre as disciplinas básicas, motivo, o qual, dificultava o trabalho ao longo do ano letivo, pelo motivo de muitos professores não trabalharem em tempo integral na escola, tendo que deslocar-se para trabalhar a mais de uma escola.

Todavia com o decorrer do tempo a metodologia trabalhada com o ensino em tempo integral foi sendo aprimorado, apesar da pouca estrutura de materiais e equipamentos pedagógicos para o docente trabalhar com os alunos.

Em relação à aprendizagem dos alunos, foi observado tanto na fala de professores e alunos que houve uma melhora significativa, não sendo maior devido à falta de investimento por parte do Estado. Investimentos esses em cursos de formação, materiais pedagógicos e equipamentos tecnológicos, que possibilitem ao profissional da área educacional um desempenho maior, na sua atuação em sala de aula.

Diante da afirmação e da constatação através da discussão com os entrevistados, pode-se ressaltar que os resultados são positivos em termos de aprendizagem significativa por conta da ampliação das aulas em contraturno, em contra partida, notou-se na fala dos docentes e discentes uma certa falta de apoio material, tais como: falta de livros e carência de suporte informatizado. Materiais esses, de suma importância para o bom andamento do ensino integral com isso acarretando um dos motivos os quais a educação teve uma melhora considerável.

Favorecedor do aprendizado do jovem aluno, tal carga horária vem a colaborar na construção educacional, social e pessoal do sujeito ativo, entretanto, para se alcançar tais objetivos, o Estado deve oferecer estrutura não só material como profissional, para que com isso, obtenha os resultados indicados pela lei, assim globalizando e oportunizando a aprendizagem do aluno, anseios esses não seriam alcançados em um educandário de rotina normal.

A pesquisa demonstra que a ampliação do ensino integral, requer planejamento e articulação entre disciplinas básicas e componentes curriculares. A escola de tempo integral demanda que o professor esteja na escola em tempo integral também. Porém ao investigar a rotina diária de um professor de escola integral, observamos que sua presença não ocorre integralmente.

Ao analisar o que foi observado na realidade escolar, entendemos que os gestores e professores do tempo integral, não obtêm sozinhos com eficácia e qualidade de aprendizagem a construção e execução de um projeto de ensino integral. É necessário que o poder público invista na escola e nos professores em todos os aspectos: formação de qualidade, tempo para planejamento e pesquisa, melhor remuneração e carga horária para o professor poderem ter dedicação exclusiva à escola, para que se apropriem com qualidade dos conhecimentos necessários ao trabalho educativo.

4. Referências

ARROYO, Miguel G. **O direito a tempos-espços de um justo e digno viver**. In: MOLL, J. (Org) Caminhos da Educação Integral no Brasil: direitos a outros espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

BRANCO, Veronica. **Desafios para a implantação da Educação Integral: análise das experiências desenvolvidas na região sul do Brasil**. Educ. rev., Curitiba , n. 45, p. 111-123, Sept. 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602012000300008&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Nov. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil -1988**. Disponível em: WWW.planalto.gov.br. Acesso em 10 outubro de 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal, Brasília.

BRASIL. **Educação integral : texto referência para o debate nacional**. - Brasília :Mec, Secad, 2009.52 p. : il. – (Série Mais Educação)

CARLINI, Herb. **A Construção dos centros integrados em Americana e Santa Bárbara D'Oeste (SP)**. In: MOLL, J. (Org) Caminhos da Educação Integral no Brasil: direitos a outros espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

CASTRO, Adriana de; LOPES, Roseli Esquerdo. **A escola de tempo integral: desafios e possibilidades**. Ensaio: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro , v. 19, n. 71, p. 259-282, jun. 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362011000300003&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 07 nov. 2016.

CAVALIERE, Ana Maria. **Escola Pública de Tempo Integral no Brasil: filantropia ou política de estado?**. Educ. Soc., Campinas , v. 35, n. 129, p. 1205-1222, dez. 2014 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000401205&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 nov. 2016.

CAVALIERE, Ana Maria. **Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral**. Em Aberto, v. 21, n. 80, 2009.

CHAGAS, Marco Antonio M. das, SILVA, Rosemaria J. Vieira. SOUZA, Silvio, Claudio Souza. **Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro: Contribuições para o debate atual**. In: MOLL, J. (Org) Caminhos da Educação Integral no Brasil: direitos a outros espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

COELHO, Lígia Martha C. da Costa. **“História(s) da educação integral”**. Em Aberto, V. 21, n.80, 2009.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. 2003

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. 5º Ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2010.

GIOLO, Jaime. **Educação de tempo integral. Resgatando elementos históricos e conceituais para o debate**. In: MOLL, J. (Org) Caminhos da Educação Integral no Brasil: direitos a outros espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

GOMES, Candido Alberto. Darcy Ribeiro / Candido Alberto Gomes. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 152 p.: il. – (Coleção Educadores)

MOLL, Jaqueline (ET AL.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira / Clarice Nunes. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 152 p.: il. – (Coleção Educadores)

PADILHA, P. **Educação integral e currículo intertranscultural.** In: MOLL, J. (Org) Caminhos da Educação Integral no Brasil: direitos a outros espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

PARO, Vitor Henrique et al. **A escola pública de tempo integral: universalização do ensino e problemas sociais.** Cadernos de Pesquisa, n. 65, p. 11-20, 2013.

PILETTI, Nelson. ROSSATO, Geovanio. **Educação básica: da organização legal ao cotidiano escolar.** 1.ed.São Paulo: Ática, 2010.

PROSCÊNCIO, Patrícia Alzira. PALMA, Angela Pereira Teixeira Victoria. **O professor e sua ação docente: A postura político-pedagógica em sala de aula.** Revista Científica Sensus: Pedagogia, Londrina, v. 1, p.192, jan./jun.2011/Uninorte

REIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Paulo Freire, São Paulo, Paz e Terra, 2011.

RIO GRANDE DO SUL (1989). **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.** Diário Oficial do Estado. Porto Alegre.

SETUBAL, M. A.; CARVALHO, M.C.B. **Alguns parâmetros para a educação integral que se quer no Brasil.** Em Aberto, Brasília, v.25, n.88, p.113-123, jul./dez. 2012.

SPERANDIO, A; CASTRO, J. **Mais tempo na Escola. Desafio compartilhado entre gestores, educadores e comunidade escolar da rede estadual de ensino do Espírito Santo.** In:MOLL, J. (Org) Caminhos da Educação Integral no Brasil: direitos a outros espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.